

## Efetividade na implementação de políticas no campo da Saúde e Segurança no Trabalho (SST) e novas formas de ação

Thaís Helena Carvalho Barreira<sup>1</sup>

José Marçal Jackson Filho<sup>2</sup>

*Effectiveness in the implementation of policies in the Occupational Safety and Health (OSH) field and new forms of action*

---

<sup>1</sup> Pesquisadora da Fundacentro, colaboradora da RBSO

<sup>2</sup> Editor científico da RBSO

Os processos de implementação de políticas e programas públicos são cruciais para a análise do papel e da efetividade da ação do Estado. Os problemas encontrados durante esses processos podem comprometer a ação pública e explicar sua ineficiência (SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. *O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos*. Campinas: NEPP-UNICAMP, 2000. Disponível em: <<http://www.nepp.unicamp.br/d.php?f=42>>. Acesso em: 29 maio 2009).

Apesar de não ser tema novo, no Brasil, no campo da Saúde e Segurança no Trabalho (SST), o debate em torno da ação e da implementação de políticas públicas tem encontrado ressonância acadêmica apenas recentemente (*Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005). A grande proporção de agravos à saúde dos trabalhadores e as conseqüências sociais e econômicas que provocam demonstram a pouca efetividade do sistema brasileiro de SST e, portanto, das políticas públicas e privadas para seu enfrentamento.

Temas contemporâneos do mundo do trabalho como a flexibilidade ou precarização das relações de trabalho, a existência de muitas ocupações dentro do setor informal da economia e a diminuição da proteção no trabalho decorrente das diversas formas de subcontratação clamam por formas alternativas de regulação por parte do Estado. Vale lembrar que a RBSO, em seu número temático *Acidentes do Trabalho e sua Prevenção* (RBSO n. 115, v. 32), publicou artigo que abordou os desafios contemporâneos na formulação e na implementação de regulamentação estatal e inter-governamental para resguardar a qualidade das condições de trabalho e a proteção da saúde dos trabalhadores sub-contratados dentro de cadeias de produção de bens e serviços, que muito freqüentemente são inter-continentais, apresentando alguns exemplos de legislações internacionais britânicas e australianas em diversos setores da economia, como de transporte de cargas, de vestuário e de coleta de frutos do mar (QUINLAN, M. et al. Regulamentação das cadeias de fornecedores para proteger a saúde e a segurança de trabalhadores vulneráveis. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 32, n. 115, p. 145-152, 2007).

Neste número da RBSO, dois textos – um ensaio e um artigo – abordam a necessidade de se pensar novas formas de ação para implementar políticas efetivas no campo da SST.

*Lima* discute o papel e a atuação dos diferentes agentes sociais no campo da SST, incluindo as instituições públicas do Estado, imbuídos de transformar as condições de trabalho existentes no Brasil em prol da saúde e segurança dos trabalhadores. Dois estudos de caso, um na construção civil, em Belo Horizonte/MG, e outro na extração de mármore e granitos, no Espírito Santo, fundamentam sua reflexão e proposição de novas práticas institucionais baseadas em ações coordenadas, horizontais e de natureza supra-institucional.

*Kamp e Nielsen* apresentam e discutem dois programas que visaram à regulação das condições de trabalho e de saúde dos trabalhadores na Dinamarca, fundamentados em novas formas de ação e de organização interinstitucional baseadas no conceito de governança em rede. Estes autores, de forma similar à proposta de Lima, ressaltam maior efetividade de ações reguladoras no campo de SST com o processo em rede horizontal de agentes sociais, o qual denominam “governança em rede”. A partir de dois estudos de caso, Kamp e Nielsen discutem também que o processo de formulação e implementação realizado de baixo-para-cima teve maior sucesso que o processo de governança em rede induzido de cima-para-baixo. A originalidade deste estudo não reside apenas na metodologia utilizada para compreender a construção e a implementação da política pública por meio da explicitação dos conflitos e controvérsias dentre os diversos atores sociais, públicos e privados, partícipes da arena de regulação para a proteção da saúde dos trabalhadores. Destaca-se, sobretudo, pelo cuidado na discussão sobre o papel do Estado nas questões de SST e, de modo importante, por alertar para o risco da “governança em rede” ser usada como forma de institucionalizar modos de “regulação branda”. Para os autores, a regulação em SST depende fundamentalmente da presença do Estado, representado por suas diversas instituições.

Estes trabalhos contribuem, tanto para a produção de conhecimentos no campo amplo do estudo das políticas públicas, quanto para o desenho de novas formas de ação e de organização da implementação de políticas necessárias ao campo da SST.

Além destes textos, mais cinco artigos, um ensaio e duas comunicações breves compõem este número:

*Orestes-Cardoso et al.* apresentam resultados de sua pesquisa sobre a prevalência de acidentes perfurocortantes em estudantes de duas faculdades de Odontologia em Recife/PE, assim como as medidas profiláticas utilizadas pós-acidente.

*Pastore e Iramina* analisam, em laboratório, o comportamento de filtros para particulados, tipo eletreto, usados em respiradores, simulando condições térmicas semelhantes às existentes nos locais de trabalho.

*Nogueira et al.* realizam estudo sobre o agronegócio do camarão em Aracati/CE, analisando os processos de trabalho e os riscos à saúde dos trabalhadores e ao ambiente.

*Silva e Ribeiro* estudaram a associação entre espondiloartrose lombar e exposição a trabalho pesado a partir de casos atendidos por um hospital público de São Luís/MA.

*Serranheira et al.* apresentam estudo de avaliação do risco de problemas osteomusculares nas atividades de trabalhadores de indústria de abate de animais para produção de carnes, em Portugal.

*Silva et al.* discorrem sobre transtornos depressivos relacionados ao trabalho e sobre fatores existentes nas situações de trabalho que podem favorecer seu surgimento.

*Lopes et al.* encontraram alterações auditivas em amostra de jovens (maioria tinha menos de 25 anos) trabalhadores de três madeiras no interior de Rondônia.

*Marqueze et al.* estudaram a relação entre qualidade de sono, atividade física no lazer e esforço físico no trabalho em trabalhadores do turno da noite de uma indústria cerâmica.

Como se pode observar, esta coletânea contém estudos que cobrem setores diversos – saúde, indústria e aquicultura – em diferentes locais no Brasil e na Europa, abordando vários temas do campo da SST, dentre eles a ocorrência de agravos e seus fatores de risco, métodos de análise de equipamentos de proteção, método de avaliação e vigilância de riscos e novas formas de ação.

Boa leitura!